

fetec/PR

CUT Brasil

CNB Brasil

ANO V - Nº 51 - Março 2001

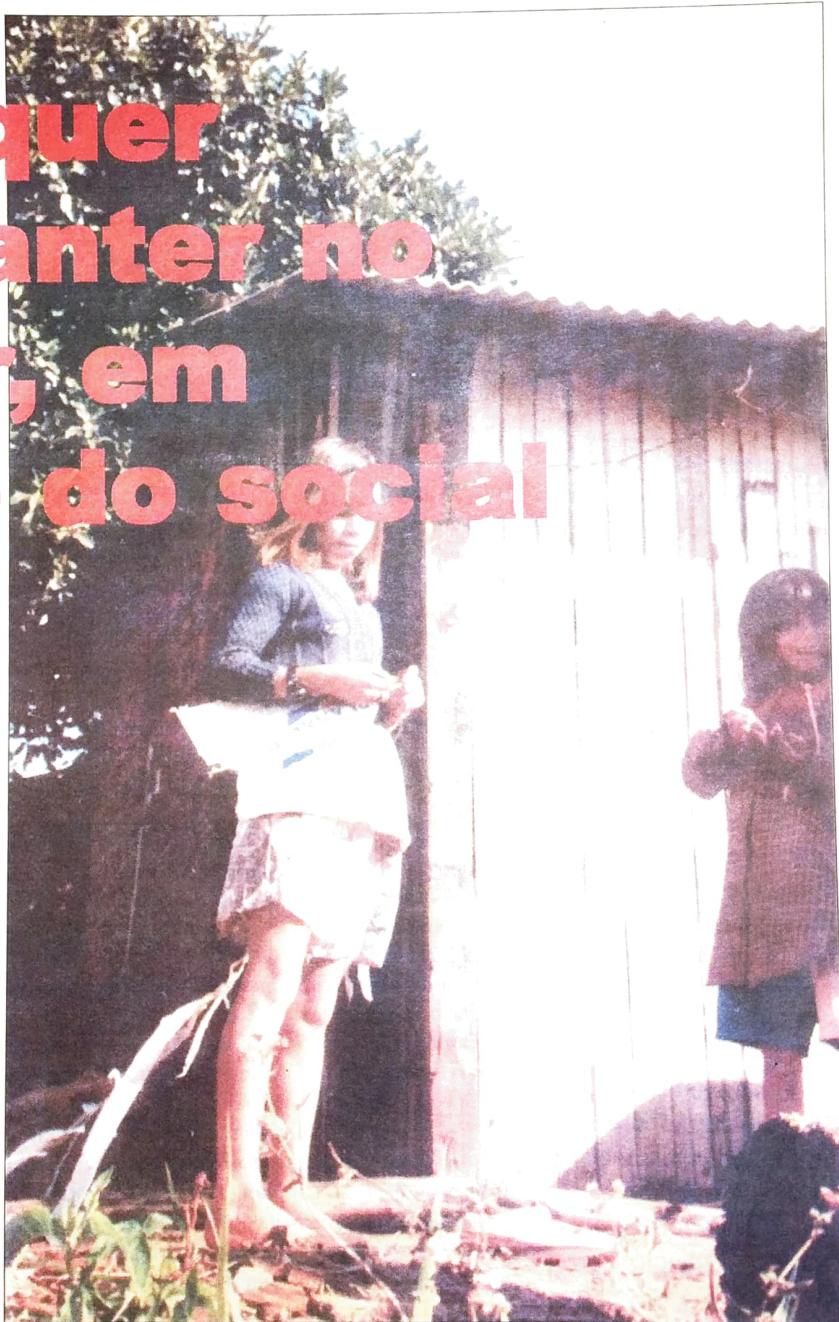
Pactuingá

Jornal dos bancários das regiões de Paranavai, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Umuarama, Guarapuava, Goioerê, Cianorte e Maringá

FHC quer se manter no poder, em nome do social

Para conseguir se reeleger, em 1998 FHC fez lobby no Congresso e prometeu investimentos em áreas sociais. Agora, após lançar um novo plano de ação social, FHC prega a implantação do parlamentarismo, regime de governo pelo qual poderia permanecer no comando do país. Para a oposição, isso não passa de mais um golpe que, se der certo, vai manter e até ampliar a política neoliberal no país.

Páginas 4 e 5



Segurança bancária

PÁGINA 2

PLR do BB

PÁGINA 3

Corrupção, um câncer em governos neoliberais

PÁGINA 6

FGTS e Fórum Social Mundial

PÁGINA 7

Lerner e a Copel

PÁGINA 8

Banqueiro não se preocupa com segurança

O número de assaltos a bancos é crescente em todo o país. O problema é tanto que tem despertado preocupação não apenas no movimento sindical – que sempre denunciou o fato – mas também em outros setores, como os próprios organismos de segurança pública.

Isto ocorre porque muitos bancos, apesar dos altos lucros, investem muito pouco – ou quase nada – em segurança bancária, o que coloca em constante risco a vida de bancários, clientes e usuários das agências. Na base do Pactungá há exemplos recentes. Em Umuarama, entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001, a agência do Bradesco foi alvo de um arrombamento e um assalto. Na mesma época foi assaltada também a agência do Itaú. Neste caso, além do dinheiro dos caixas, os assaltantes usaram o veículo de um cliente para fugir. Poucos dias depois foi assaltada a agência do HSBC de Paranavaí, onde dois homens armados dominaram o vigilante e obrigaram os funcionários a entregarem o dinheiro dos caixas.

Para que uma agência bancária atenda às condições de segurança necessárias é preciso que tenha um planejamento aprovado pela Polícia Federal. Têm de ser previstos localização, equipamentos e esquemas de segurança, arquitetura e tudo que impeça ou dificulte a ação dos bandidos. Esse planejamento é obrigatório e sem ele nenhum banco pode funcionar – ou não poderia. Os banqueiros atropelam as leis e, para cortar custos, muitos bancos reduzem ao mínimo os investimentos em segurança. Os valores roubados geralmente são ressarcidos por seguradoras e, desta forma, o único prejuízo fica para os bancários e clientes que vivem sob constante ameaça.



Umuarama: campanha começa dar resultados. Unibanco será o próximo

FISCALIZAÇÃO INSUFICIENTE

Durante todo o ano passado, a Polícia Federal autuou 32 bancos em função de irregularidades na segurança interna. Essas autuações foram baseadas em descumprimento da Lei 7102, de 1983, que determina às instituições financeiras a obrigatoriedade de manterem em suas dependências (agências e postos de atendimento) vigilantes, sistema de alarmes e pelo menos mais um dispositivo de segurança, como câmeras de vídeo, câmeras fotográficas, cofres temporizados, entre outros.

Sindicatos exigem cumprimento da lei

Na base do Pactungá, os sindicatos têm se mobilizado no sentido de exigir que os bancos cumpram a lei da segurança bancária.

Logo após os assaltos do Bradesco e Itaú, o Seeb Umuarama iniciou uma série de manifestações exigindo a instalação de equipamentos de segurança e contratação de pelo menos dois vigilantes por agência. Durante seis dias, o Sindicato realizou paralisações diárias no Itaú, o que obrigou o banco a instalar a porta giratória com detector de metais, que já está funcionando. Ao mesmo tempo, o Seeb e o Sindicato dos Vigilantes encaminharam ofício às demais agências bancárias que não contam com o equipamento – o próprio Bradesco, o Real, Mercantil e o Unibanco – estipulando um prazo para sua instalação, sob pena de retomar as paralisações. O Banco Real também já instalou a porta giratória, enquanto Bradesco

e Mercantil se comprometeram a providenciar o quanto antes a instalação dos equipamentos. Já o Unibanco, que também descumpriu o prazo, não respondeu ao ofício e pode ser alvo de paralisações por parte do Sindicato.

Em Paranavaí, gerentes de bancos e o Sindicato dos Bancários participaram de uma audiência com representantes dos organismos de segurança pública na cidade, a fim de resolver o problema da segurança bancária. O Seeb Paranavaí também pressiona os bancos a cumprirem a lei, aumentando a segurança nas agências. Em Campo Mourão, além da segurança bancária os bancos estão sendo intimados a melhorarem as condições de atendimento ao público. Em recente audiência com o Procon local, na qual o Seeb Campo Mourão também estava representado, os gerentes de bancos foram alertados que se a situação não melhorar os bancos serão denunciados ao Banco Central e ao Ministério Público.

**BANQUEIRO SÓ
QUER SABER DO
LUCRO E ESQUECE
A SEGURANÇA DE
TRABALHADORES
E CLIENTES...**

BB tem a PLR mais injusta

A PLR Paga pelo BB não poderia ser pior: os valores são excessivamente baixos; discrimina a maioria dos funcionários e é imposta sem negociação com os representantes legais dos trabalhadores. Essa prática é antiga no BB.



O BB mantém a política do arrocho e da discriminação contra seu quadro de funcionários

o acordo da Fenaban receberam de PLR 80% do salário mais R\$ 450,00 com teto de R\$ 3.500,00. Isso nos bancos onde a soma desses valores ficou entre 5% e 15% do lucro. No BB ocorre o contrário, com uma PLR que discrimina a maioria e privilegia

os mesmos critérios discriminatórios dos anos anteriores. Pior: recusou-se a discutir o assunto, passando por cima de decisão do Conselho de Administração que no ano passado recomendara a reabertura de negociação sobre a PLR com a Comissão de Empresa.

uma pequena casta de executivos do banco. Essa prática do BB atropela a legislação sobre a participação nos lucros e resultados, que prevê a negociação de critérios com os trabalhadores.

Por isso, a Comissão de Empresa já prepara medidas judiciais contra o banco, exigindo mudanças de critérios e revisão de valores.

A Convenção Coletiva dos Bancários estabelece que os trabalhadores que seguem

os mesmos critérios discriminatórios dos anos anteriores. Pior: recusou-se a discutir o assunto, passando por cima de decisão do Conselho de Administração que no ano passado recomendara a reabertura de negociação sobre a PLR com a Comissão de Empresa.

A Convenção Coletiva dos Bancários estabelece que os trabalhadores que seguem

Depois do lucro, Bradesco demite

No ano passado, o Bradesco foi um dos bancos que mais lucraram. O faturamento chegou a R\$ 1,1740 bilhão. Esse resultado se deve, em grande parte, à dedicação dos funcionários da empresa que constantemente são obrigados a cumprir metas estabelecidas pelo banco.

Mas mesmo assim a direção do Bradesco não está satisfeita. Com o argumento de que muitos bancários estão com desempenho aquém do necessário, o banco vem promovendo uma onda de demissões que atinge os principais centros financeiros do país.

Em Minas, 55 funcionários já foram demitidos; em São Paulo já foram 70 demissões nos últimos dias e no Rio de Janeiro 14 bancários do Bradesco foram para o olho da rua, a maioria com mais de dez anos de banco. É esse o prêmio que esses bancários vêm recebendo em troca de longos anos de dedicação à empresa.

Ao mesmo tempo, o Bradesco vem intensificação o processo de terceirização e automação dos serviços, o que prejudica a qualidade dos serviços prestados aos clientes e usuários. Essa postura da direção do Bradesco comprova as denúncias que o movimento sindical faz há muito tempo, de que banqueiros só visam o lucro e não estão preocupados com trabalhadores nem clientes.

Os sindicatos já estão agendando uma série de atividades para protestar e denunciar a onda de demissões gratuitas praticadas pelo Bradesco.

PDV Banestado

Homologações devem ser feitas no Sindicato

As demissões continuam aumentando a cada dia nas agências e departamentos do Banestado. Em alguns centros, como em Santa Cândida (Curitiba) vários setores do banco estão sendo desativados e os funcionários desalojados sem saber de seu destino. O Itaú/Banestado não está poupando ninguém. Há denúncias inclusive sobre demissões de portadores de LER e outras doenças ocupacionais. Em Londrina, um funcionário com laudo do perito do INSS reconhecendo a LER foi considerado apto para o trabalho – e consequentemente para demissão – pelo médico

contratado pelo Itaú. Como se vê, a truculência é bem maior do que se esperava. Agora os donos do Itaú/Banestado se aliam a médicos mal-intencionados para prejudicar trabalhadores. Os sindicatos orientam aos banestadenses para que denunciem qualquer abuso. Lembram ainda que os funcionários que aderiram ao PDV Banestado devem procurar o seu sindicato para homologar a rescisão contratual. A entidade sindical esta preparada para repassar orientações e fazer observações que podem garantir os direitos trabalhistas.

PACTUINGÁ

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTUINGÁ

CONSELHO EDITORIAL:

- PARANAVÁ: Neil E. Júnior - fone (0xx44) 423-3402 e-mail: seebpvai@uol.com.br
 - CAMPO MOURÃO: Nivaldo Simoni - fone (0xx44) 523-3492 - e-mail: seebcmcut@start.com.br
 - TOLEDO: Zelario Breim - fone (0xx45) 252-1851 e-mail: sbtr@toledonet.com.br
 - UMUARAMA/ASSIS
 - CHATEAUBRIAND: Wilson de Souza - fone (0xx44) 622-1979 e-mail: seebumu@fenixnet.com.br
 - GUARAPUAVA: João Osmar Rodrigues - fone (0xx42) 723-1371 e-mail: seebpgva@almix.psi.br
- Journalista: Joel Guedes
Tiragem: 3.100 exemplares

Campanha nas cooperativas

As cooperativas de crédito têm se apresentado como um importante negócio na área financeira. Desde dezembro de 1993 até dezembro de 2000, o Banco Central confirmou esse segmento como o que mais cresceu em número de empresas, passando de 977 para 1.235 em todo o Brasil. No Paraná, três cooperativas centrais articulam o funcionamento de 74 cooperativas de crédito, considerando-se as rurais e mútuas.

No entanto, esse crescimento não condiz com a realidade dos funcionários dessas cooperativas de crédito. Basta lembrar que a última Convenção Coletiva assinada entre as cooperativas de crédito do Paraná e os sindicatos da Fetec é de 1997. O acordo vigorou até 31 de maio de 1998 e desde então se passaram três períodos de negociação (junho 98, junho 99 e junho 2000) sem qualquer possibilidade de entendimento.

Na campanha deste ano, a OCEPAR quer estabelecer novos ataques aos direitos dos trabalhadores. Propõe retirar o auxílio-refeição e não aceita reajustar os pisos salariais. Mas os sindicatos exigem a reposição das perdas dos últimos anos e não aceitarão qualquer imposição que venha em prejuízo dos trabalhadores.

FHC E O SOCIAL

EM 1998 ERA A REELEIÇÃO, AGORA...?

Quando assumiu sua primeira candidatura, e posteriormente o governo, em 1994, FHC erigiu a mão e mostrou os dedos para afirmar que "seu" governo implantaria cinco políticas prioritárias: saúde, educação, agricultura, habitação e emprego.

No entanto, nos quatro anos do mandato passado e nos dois anos do atual, FHC foi, na verdade, protagonista de um projeto político que tem levado o país à bancarrota. Esqueceu a social-democracia (tida como principal bandeira do seu partido, o PSDB) e priorizou as privatizações, abriu o país à especulação internacional e tornou-se um algoz de milhares de empresas brasileiras e, conseqüentemente, deixando desempregados milhões de pais de família.

Em 1994, FHC empurrou goela abaixo o projeto da reeleição, que defendeu com unhas e dentes, sob o argumento de manter a política de estabilização do real e, mais uma vez, apresentou seu projeto de salvação nacional. Na seqüência, outra vez o país mergulhou em profunda crise econômica, com reflexos extremamente negativos no campo social.

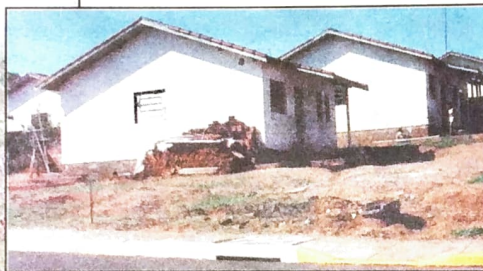
A realidade é outra

Se for verdade o que o governo e a grande imprensa afirmam, que o país vai bem e tem sob controle todos os problemas, isso não é sentido pela população. Principalmente as famílias de baixa renda. As cinco prioridades elencadas há seis anos por FHC continuam esquecidas.

AGRICULTURA...



E HABITAÇÃO



A falta de moradia é latente e comprovada pelo acelerado processo de favelamento nas cidades. Processo esse que tem origem, principalmente, na falta de política agrícola que inviabiliza a pequena propriedade rural e expulsa as famílias do campo.

SAÚDE...

Na mesma linha seguem as políticas públicas de saúde e educação. Na saúde, o SUS, , cai pelas tabelas e não consegue arcar com os custos reais do setor, por falta de recursos. O que se vê são hospitais se descredenciando do SUS e deixando a população sem atendimento. Na base do Pactuingá tem exemplo. Em Umuarama, o Hospital Cemil, um dos maiores da região, deixou de prestar atendimento pelo SUS sob alegação de defasagem na tabela de preços e atraso nos pagamentos.



EMPREGO...

Nas cidades o desemprego continua. Paradoxalmente, os mesmos setores da mídia que apóiam FHC são os mesmos que apontam demissões em massa nas grandes indústrias. As pequenas nem ao menos conseguem produzir, por falta de incentivos.

EDUCAÇÃO

Na educação, a injusta política nacional para o setor condena grande



parte da população ao analfabetismo crônico. Faltam salas de aula, material didático, carteiras escolares e principalmente faltam professores.

Agora é 2002

estando dois anos para o fim do mandato, outra vez FHC ergue a bandeira do social. Diz que o governo investirá "mais" na saúde, emprego, na agricultura, habitação e outras áreas, mas o "plano de ação" esconde outros interesses. Para a oposição, tudo não passa de um circo armado para 2002. O próprio FHC defende publicamente a aprovação do parlamentarismo no país e, para tanto, já está mobilizando o PSDB para discutir a questão no Congresso. Por esse sistema de governo, a população elege congressistas e o presidente da República, mas quem governa é o primeiro ministro, escolhido pelo Congresso Nacional. Em oito anos, em plebiscito nacional, a população brasileira rejeitou de forma pressiva a implantação do parlamentarismo, por considerá-lo menos democrático que o presidencialismo. O parlamentarismo quem manda é o Primeiro Ministro, indicado pelo Congresso. Imagine no Brasil, Jader Barbosa, Antonio Belinatti, Rafael Greca, ACM, Luis Evão e outros, se articulando para eleger um Primeiro Ministro. É o fim do Brasil. No presidencialismo, o povo que elege o presidente. A democracia na eleição do cargo é bem maior do que se fosse através da indicação. FHC chegou a afirmar que a aprovação do parlamentarismo é prioridade do seu "plano de ação". Isto comprova, mais uma vez, que FHC não está em nenhum pouco preocupado com o social.

Um governo de oposição seria diferente

A oposição é acusada de só criticar o governo, sem apresentar propostas. Isso não é verdade.

Os partidos de oposição têm conseguido boa performance na administração de muitos estados e municípios. Em relação ao governo federal, também têm propostas. Uma delas, para o setor econômico, é a mudança no relacionamento externo, tirando o país da situação de dependência absoluta em que se encontra.

Veja por exemplo o tratamento dispensado ao Brasil pelos Estados Unidos, que impõe seus produtos ao mercado brasileiro, mas dificulta a importação dos nossos produtos. E quando importam, sobretaxam em mais de 100% os produtos brasileiros. É o que acontece hoje com os derivados da laranja e do aço.

No governo, é claro que a oposição poderia manter os relacionamentos comerciais com EUA e outros países, mas com regras claras e bem definidas, que não penalizassem tanto a produção nacional. Assim, seria possível melhorar os índices de exportação, fortalecendo a cadeia produtiva que começa na agricultura, passa pelas, micros, pequenas e médias empresas e chega até as grandes indústrias. Além de divisas econômicas importantes, essa medida garantiria a manutenção de milhares de empregos nos diversos setores.

Muitos devem se lembrar do programa apresentado pelo PT nas últimas eleições presidenciais. Alguns daqueles programas, como o Bolsa-Escola, que tira as crianças da rua e as leva para a sala de aula, e o do Orçamento Participativo, entre vários outros, já foram executados com sucesso em administrações petistas.



Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Partido dos Trabalhadores

PRIORIDADES

AGRICULTURA/EMPREGO - A oposição defende uma urgente reforma agrária como forma de democratizar o uso da terra. Essa medida é necessária para resolver grande parte do maior problema social no momento: o desemprego. Mas é claro que deve ser acompanhada de outras iniciativas que garantam a manutenção das famílias no campo com condições para produzirem. A principal é a oferta de créditos a juros baixos. Vale lembrar ainda projetos que incentivam a micro, pequena e média empresa, que conforme pesquisas divulgadas por órgãos do próprio governo, são as que mais geram empregos no país.

EDUCAÇÃO - É outra área que mereceria atenção, substituindo escolas sucateadas e sem condições de funcionamento por estruturas adequadas e com professores melhor remunerados. Há vários exemplos disso onde a oposição governa. O programa Bolsa-Escola, por exemplo, teve sua eficiência reconhecida até mesmo pela ONU.

SAÚDE - É prioritária para a oposição. Entre vários projetos importantes, destaca-se o programa Saúde da Família, iniciado por prefeitos e governador de oposição e adotado hoje em dezenas de municípios brasileiros, inclusive por prefeitos e governadores ligados a FHC. Mas não é só isso. Os partidos de esquerda vêm com preocupação o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS) que não consegue suprir a necessidade da população carente, seja no atendimento médico ou distribuição de medicamentos básicos.

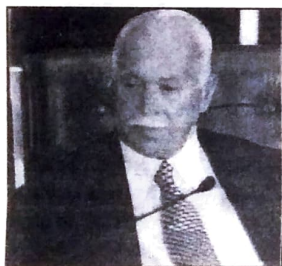
DE ONDE VÊM OS RECURSOS

Nos últimos anos, o investimento social foi bem menor do que montante utilizado para ajudar banqueiros falidos; e outro tanto que saiu pelo ralo da corrupção. Por exemplo, FHC afirmou que a verba arrecadada com as privatizações seria investida em áreas básicas como saúde, educação e emprego. Mas ninguém viu a cor do dinheiro. Para a oposição, não era preciso privatizar. O dinheiro pode ser conseguido em várias fontes. Uma delas é o fim do pagamento de juros extorsivos da dívida externa. Só ai dava para resolver os problemas da saúde em todo o país. Outra fonte seria a instituição do imposto sobre as grandes fortunas; sem contar o montante que seria conseguido com um rígido combate à sonegação de impostos. É claro que para isso seria necessário, também, contar com um Congresso Nacional competente para implementar as necessárias reformas constitucionais, como as reformas política, fiscal e tributária, entre outras.

CORRUPÇÃO

Um câncer que destrói o país

O Brasil é considerado um dos países que têm a pior distribuição de renda no mundo. O valor do salário mínimo pago ao trabalhador brasileiro perde até mesmo para vários países sulamericanos – como o Paraguai, por exemplo. Têm outras estatísticas que assustam: a mortalidade infantil é assombrosa; milhões de brasileiros não têm acesso à saúde, à educação e à moradia. Falta emprego e a inse-



gurança aumenta.

Esse quadro mostra um Brasil caótico. Mas tudo seria diferente se o país não tivesse, também, um dos mais altos índices de corrupção no mundo.

E, por estranho que possa parecer, não é a oposição quem está afirmando isto.

A afirmação é do presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, que comparou a roubalheira pública a um incêndio florestal: muitas vezes não pode ser contida, mas se não lhe der combate seu poder de destruição não tem limites.

Isto é verdade. No Brasil, desde o impeachment do presidente Collor, o povo tem assistido um escândalo atrás do outro. Na rabeira de Collor



vieram PC Farias, os Anões do Orçamento, a máfia da Previdência, do futebol, do nacostráfico, compra de parlamentares, escutas telefônicas clandestinas e, mais recentemente, o juiz Nicolau, o senador cassado Luiz Estevão, até pipocar também em prefeitos e vereadores de grandes e pequenos municípios, alguns deles também cassados ou afastados dos cargos por corrupção.

Oposição é a opção à presidência do Brasil

Felizmente ainda temos bons exemplos na política. E, não por acaso, eles vêm dos partidos de oposição que já governaram alguns Estados e venceram as últimas eleições municipais nas principais capitais e cidades brasileiras. Além de colocar em prática programas sociais – como o Bolsa-Escola, copiado até pelo governo federal, e o programa da renda mínima, entre outros – vários governos da oposição têm se destacado no combate à corrupção política-administrativa. O exemplo é claro em vários municípios. Veja, por exemplo, o caso de Londrina, onde o ex-prefeito Antônio Belinati, do PFL, marido da vice-governadora Emília Belinati e um dos principais articuladores de campanha do governador Jaime Lerner, foi cassado porque praticou corrupção na prefeitura. O atual prefeito de Londrina, Nedson Michelletti do PT, além de resgatar a credibilidade do município e a dignidade daquela população, vem oferecendo todo apoio possível e cobrando da Justiça a devolução do dinheiro roubado do município.

Maringá é outro exemplo. O prefeito José Claudio, também do PT, assumiu um município falido, endividado e com sérias complicações sociais. Aos poucos

o município vem retomando seus rumos.

Paralelamente, José Claudio abriu as contas da prefeitura para que o Ministério Público pudesse levantar um rombo que já ultrapassa os 100 milhões de reais deixados pela administração anterior. Parte do dinheiro já foi recuperado, através de duas colheiteiras apreendidas em fazenda do ex-prefeito Jairo Gionotto. Assim como governa com ética e honestidade estados e municípios, a oposição está preparada para governar o país, com um projeto de governo popular e transparente, sem barganhas com parlamentares, sem submissão ao capital especulativo internacional e, acima de tudo, que prioriza o fim da corrupção em Brasília. FHC, ou qualquer outro com o mesmo perfil, não consegue por vários motivos: começa já na campanha, que é financiada por banqueiros e outros poderosos setores econômicos; permite interferências do FMI nas decisões do governo; faz conchavos e troca favores com deputados e senadores e fica constantemente com o rabo preso. Quando alguém desse tipo quebra o pacto, a confusão é certa. Isso explica, por exemplo, porque FHC apoiou um senador suspeito para presidir o Senado e, mais ainda, o destemperou e as falcatruas denunciadas por ACM.

ACM X JADER, QUEM É PIOR?

Agora, as atenções se voltam para a briga entre o ex e o atual presidente do Senado. Desde as eleições no Congresso, em fevereiro, têm aumentado as acusações de parte a parte.

Antônio Carlos Magalhães (PFL) ataca em duas frentes: acusa Jader Barbalho (PMDB) de ter enriquecido ilícitamente e de sonegar impostos – o que evidentemente suja ainda mais a imagem do Senado – e diz que pode comprovar a existência de corrupção no governo FHC.

Na lista de acusados de ACM aparecem ainda ministros do Supremo Tribunal Federal, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, o ex-secretário da Presidência, Eduardo Jorge, e o governador do Tocantins, Siqueira Campos. Todos eles teriam ligações com falcatruas contra o erário público.

Jader, por sua vez, acusa ACM de ter violado o sistema de votação eletrônica do Senado e assim ter acesso a resultados de votações na Casa. Já FHC usa artilharia pesada: usa adjetivos tipo “bufão” e “trombone” para classificar ACM, garante ao PFL a manutenção de cargos no governo e mantém o adversário no isolamento. Mas isto não diminui a gravidade das denúncias.

Como se vê, embaixo do tapete há mais sujeira do que se possa imaginar. É tanto que fala-se em criar mais uma CPI no Senado. Proposta que, além da oposição, é defendida, inclusive, por parlamentares governistas.

Embaixo do tapete ainda tem muita sujeira escondida...

Como se sabe, a escuderia governista já se especializou em abafamento de escândalo e a grande imprensa nacional tem contribuído como pode. Veja, por exemplo, o boato espalhado por ACM envol-

vendo a senadora Heloísa Helena, do PT, que teria votado contra a cassação de Luiz Estevão. Essa fofoca ganhou mais manchetes na imprensa do que as denúncias contra ACM, Jader e FHC.

Mas além dos partidos de esquerda, várias forças representativas da sociedade, como os sindicatos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades, também querem que o Ministério Público leve a fundo as investigações, doa a quem doer.

FGTS: CUT defende pagamento

A luta pelo pagamento dos expurgos no FGTS, referentes aos períodos dos planos econômicos Verão e Collor I, continua. A primeira batalha foi vencida com o parecer do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a dívida do governo com os trabalhadores. A última reunião realizada entre as centrais sindicais e o governo aconteceu no dia último dia 20. A proposta definida não teve o apoio da CUT, que entende que a dívida deve ser paga somente pelo governo. O acordo, que ainda dependia da aprovação de FHC, os trabalhadores terão que arcar com R\$ 5 bilhões, dos R\$ 40 bilhões devidos ao Fundo, na forma de desconto de 15% do total da correção a que tem direito - isso para quem tem direito a mais de mil reais. Para a CUT uma injustiça. Já os patrões pagarão 50% de multa em caso de rescisão sem justa causa. Desses, 10% servirão para pagar a correção. Outra injustiça que a CUT não concorda, principalmente para aqueles patrões que pagam FGTS em dia. Lideranças empresariais já se manifestaram contra esse acordo. Segundo eles, as empresas arcarão com 75% da dívida do Fundo. No acordo, os trabalhadores que têm direito até mil reais de correção, receberão até junho de 2002 - o que mais parece campanha para eleger o sucessor de FHC. Os demais receberão até 2006.

A CUT tinha apresentado anteriormente um plano elaborado com apoio do Dieese, em que apontava cinco fontes de recursos que garantiriam o pagamento da dívida. São elas: alocação de 10% da DRU (desvinculação das receitas da União) para a conta reserva do FGTS; emissão de Título do Tesouro para capitalizar o FGTS; aplicação da progressividade no IR sobre Pessoa Jurídica para as instituições financeiras; instituição de Contribuição Social ao FGTS sobre as rescisões contratuais por demissão imotivada e reestruturação da dívida (de 34,6 bilhões de reais) da União com o FGTS, com a criação de uma taxa adicional de 12% ao ano, para os próximos três anos. Por sua vez, lideranças empresariais já se manifestaram contra o acordo. Segundo eles, as empresas arcarão com 75% da dívida do Fundo. A CUT estuda maneiras de evitar que os trabalhadores arquem com os 15%, já que existe também perdas em outros planos econômicos além do Verão e Collor I.

PORTO ALEGRE

Um Fórum que incomodou

O presidente FHC e a alta burguesia nacional não conseguiram esconder sua ira com o Fórum Social Mundial, realizado em Janeiro, em Porto Alegre, em contraponto ao Fórum Econômico de Davos (Suíça).

Em Porto Alegre começou-se a desenhar um projeto radicalmente diferente do neoliberal. Algo como um neo-socialismo, que tem por princípio a radicalização da democracia, o respeito às diferenças e uma economia solidária que garanta mais justiça social. E, se isso é um contraponto ao neoliberalismo, é portanto o princípio de um grande movimento internacional por respeito aos direitos do cidadão e dos trabalhadores.

As três propostas mais insistentemente mencionadas foram o cancelamento das dívidas dos países pobres, a taxação do capital especulativo financeiro internacional (Taxa Tobin) para impedir que continue circulando livremente e desestabilizando países inteiros e o fim dos paraísos fiscais que levam e guardam dinheiro sujo da bandidagem de todos os calibres e ramos de "negócios". As idéias alinhavadas nesse primeiro encontro, certamente ecoarão pelo mundo e voltarão com mais clareza ao II Fórum Social Mundial, marcado para 2002 também em Porto Alegre, com a certeza de que "um outro mundo é possível"

DIRETOR DO PACTUINGÁ ASSUME CONSELHO DO TRABALHO



O diretor do Pactingá, Paulino Alves de Almeida, tomou posse na presidência do Conselho Municipal do Trabalho de Umuarama. A cerimônia aconteceu no último dia 16/03/01. e no discurso de posse (foto) Paulino destacou a importância do Conselho num trabalho de descentralização do setor produtivo da capital para o interior do Estado. Frisou que o investimento em pequenas e médias empresas do interior evita o êxodo para os grandes centros, que já vivem inchados de favelas, crimes e outras mazelas. Destacou ainda que é a pequena e média empresa que geram mais de 80% dos

empregos. Para Paulino, é importante um trabalho do Conselho no fortalecimento dessas empresas e na criação de outras. Paulino, que tem como vice o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Valentim Spancerski, ficará à frente do Conselho por dois anos, e desde já conta com apoio da comunidade e de lideranças locais.

CAMPO MOURÃO

Dia Mundial da Saúde SEMINÁRIO DEBATERÁ MELHORIA NO ATENDIMENTO

Secretários municipais e conselheiros municipais de saúde dos 25 municípios que integram a COMCAM (Comunidade dos Municípios de Campo Mourão), prefeitos, médicos, Conselho Regional de Medicina, Regional de Saúde e Promotoria de Justiça estarão participando, no dia 7 de abril (Dia Mundial da Saúde) do I Seminário sobre o CIS (Consórcio Intermunicipal de Saúde) da região. O objetivo é debater sobre a administração da entidade e elencar propostas visando

melhorias no atendimento à população. Este evento é uma deliberação da V Conferência Municipal de Saúde de Campo Mourão. Os diretores do Pactingá, Nivalda Sguissardi Roy e Claudinei Gomes da Silva, respectivamente presidente e suplente no Conselho Municipal de Saúde, participam do evento. Durante a semana que antecede o Dia Mundial da Saúde, o Sindicato dos Bancários estará distribuindo a cartilha "SUS - Um direito de todos" aos bancários e clientes.

ELAS merecem!

No Dia Internacional da Mulher, no último 8 de março, os Sindicatos do Pactingá prestaram homenagens a todas as mulheres. Em Umuarama, o Seeb promoveu concentração no centro da cidade, onde a mulher foi enaltecida pela coragem, desprendimento e inúmeras vitórias somadas ao longo de anos. Já em campo Mourão, o Seeb confeccionou camisetas alusivas ao Dia Internacional da Mulher, propagando a campanha pela igualdade de oportunidades na vida e no trabalho. Também houve a distribuição de cadernetas e panfletos destacando as conquistas femininas e lembrando que **um outro mundo é possível.**



Homenagem às mulheres do Pactingá



PSDB e PFL: infidelidade e entreguismo

Contradição

O PSDB de Álvaro Dias, que privatizou várias empresas estatais estratégicas para a segurança nacional e o crescimento econômico do Brasil, como as empresas de telecomunicações, rodovias, bancos, entre outras, agora é contra a privatização da Copel. Essa infidelidade de Álvaro ao governo do Paraná – que é fiel ao governo FHC, do PSDB – mostra a necessidade da Reforma Política.

Reforma Política

Se tivesse fidelidade partidária, como há anos o Partido dos Trabalhadores (PT) prega, Álvaro não se comportaria assim. É bom lembrar que no projeto de Reforma Política do PT, além da reforma em si, exige a aprovação do voto facultativo, e não obrigatório como é atualmente. O PT defende que quando um político for eleito pode mudar de partido, mas o cargo fica com o partido que o elegeu. Para os petistas, não é justo o candidato se eleger com as propostas de um partido e, após a eleição, mudar de legenda e ir defender outras propostas.

Vale lembrar...

Que os movimentos populares, juntamente com os partidos realmente de oposição a esse projeto neoliberal de FHC, Lerner e Álvaro Dias, há anos são contra as privatizações das estatais brasileiras. Os Sindicatos do Pactuingá estão coletando assinaturas em abaixo-assinado, contra a venda da Copel. Se tiver oportunidade, assine-o. Vamos ver se evitamos mais essa atitude entreguista do governador Lerner.



Lerner e a Copel

Lerner criou o pedágio nas principais estradas do Paraná, vendeu a Telepar e o Banestado e agora quer vender a Copel. Um faturamento de mais de 1 bilhão de reais e lucro líquido de 500 milhões de reais, foi o que apresentou o balanço da Copel em 2000. Em outros estados que venderam suas companhias de energia elétrica, o consumidor está tendo aumentos de tarifas e falta de energia. Um exemplo é a situação do Rio de Janeiro, onde a população reclama dos aumentos, da precariedade nos serviços, além, é claro, dos frequentes apagões.

A Copel é uma empresa que dá lucro e tem importante função social, mas Lerner quer vender esse patrimônio paranaense

Previdência da Televisão

O preívovel da televisão é muito bonito e eficiente, mas o dia-a-dia de quem precisa da Previdência é bem diferente. É uma pena serem poucos os trabalhadores que se deram conta da dificuldade que terão para se aposentar, caso vivam o suficiente para isso. A propaganda não diz que, com a reforma feita pelo PSDB de Álvaro Dias e pelo PFL de Jaime Lerner, aposentar tem que ter: se homem, 35 anos de contribuição e 53 anos de idade; se mulher, 30 anos de contribuição e 48 de idade. Se atender esses requisitos, pode se aposentar ganhando menos do que ganhava na ativa. Se quiser ganhar mais, vai enfrentar o **FATOR PREVIDENCIÁRIO** criado pela reforma que, traduzindo, é trabalhar e contribuir mais alguns anos pra você ganhar o mesmo que ganhava na ativa. Mas aí o trabalhador já estará próximo do fim da vida. Resumindo: a reforma é para FHC não pagar aposentadoria mesmo. Dá pra votar de novo em candidato do "home"?

Viu, é mais feio do que na televisão!

REFORMA AGRÁRIA DA TELEVISÃO

Da mesma forma que FHC faz com a Previdência, faz também com a reforma agrária. Na televisão é moleza conseguir um pedaço de terra e até financiamento. Mas a verdade é outra: a reforma agrária acontece de forma lenta e sofrível; e acontece por causa da pressão exercida pelo MST. Quem conversar com um assentado ou com um acampado vai saber, e até mesmo sentir o sofrimento daquelas pessoas que passam anos à beira de estradas, morando embaixo de lonas onde tudo é precário, desde a comida à falta de trabalho.

